



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA
DIVISÃO DE APOIO AO COMITÊ INTERFEDERATIVO – DCI/PRESID

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

1
2
3
4
5
6
7
8 Aos dias vinte e seis do mês de abril de dois mil e dezoito, às treze horas e vinte minutos, no
9 Auditório 2 do Ibama Sede, em Brasília/DF, teve início a 25ª Reunião Ordinária do Comitê
10 Interfederativo sobre acompanhamento do TTAC relativo ao rompimento da barragem de Fundão na
11 Bacia do Rio Doce. Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), o Presidente do CIF
12 cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos da reunião preparatória, restrita aos membros do
13 CIF e aos coordenadores de Câmaras Técnicas. O primeiro item tratou acerca da contratação da
14 FAPEMIG no processo de *compliance*. O Presidente do CIF comunicou que a Fundação Renova, na
15 representação de seu Conselho Curador, informou a aprovação do contrato da FAPEMIG. O
16 representante da CT-EI relatou que a Renova promoveu alguns ajustes nas cláusulas, contudo não
17 está claro a concordância quanto ao posicionamento de aceitação do processo de *compliance*, se foi
18 aprovada ou não, enfim se a FAPEMIG está de acordo ou não com os ajustes inseridos. Considera
19 que precisa de uma posição oficial da Renova quanto ao seu posicionamento final dizendo o que
20 estava de fato resolvido e que será questionado na reunião aberta para ter informações mais
21 concretas. O representante dos municípios de MG pediu a palavra e comunicou que foi formado um
22 grupo de trabalho junto com o Ministério Público para tratar da situação do reassentamento em
23 Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Relatou a dificuldade do processo de reassentamento nesses
24 Municípios e solicitou que seja tratado com a Fundação Renova essa questão com urgência.
25 Próximo item de pauta, a representante da SEMAD narrou a situação da segurança hídrica nos
26 municípios de Itueta, Resplendor e Aimorés, onde a captação de água no rio Doce continua
27 suspensa e a população está sendo atendida por captações alternativas. Relatou a realização de
28 reunião técnica em Minas Gerais com representantes da SEMAD, IGAM, COPASA, ARSAE, CT-
29 Saúde, CT-SHQA e CT-Infra a fim de discutir estratégia para realizar os testes de captação e
30 tratamento de água do Rio Doce nos três municípios, a fim de demonstrar a viabilidade da retomada
31 dos sistemas de abastecimento, devido à resistência da população. Esta estratégia inclui, dentre
32 outras ações, um alinhamento com representantes do MP Federal e MP Estadual para apoiar a
33 realização dos testes, a sistematização de dados disponíveis da série histórica de monitoramento da
34 água bruta, a realização de campanha de inspeção sanitária pelas SES/MG nas formas de
35 abastecimento de água para consumo humano e a realização de vistorias pela ARSAE/MG às ETAs
36 e aos pontos de captação alternativa nos três municípios, para avaliar as condições operacionais e
37 consolidar relatório técnico. A Presidência do CIF considerou a proposta adequada e foi acordado
38 que a SEMAD irá disponibilizar à SECEX a Síntese da Reunião para distribuição aos membros do
39 CIF. O representante da CT-Saúde mencionou que a Fundação Renova oficiou ao CIF no mês de
40 fevereiro questionando a Deliberação 95 dizendo que a ampliação dos pontos de captação da água
41 seria medida compensatória e que há questionamento com base em fundamentação jurídica dentro
42 do TTAC e que a CT-Saúde está elaborando parecer técnico para responder estes questionamentos.
43 Encaminhamento E25-1: 1.1- A SECEX analisará o Ofício da Renova com relação a Deliberação
44 95 e verificará eventual necessidade de consulta jurídica dos questionamentos levantados pela
45 Renova. 1.2 - A CT-Saúde encaminhará ao CIF nos próximos dias uma análise técnica acerca dos
46 questionamentos da Renova. 1.3 - Em paralelo, será marcado pelo CIF uma reunião com Ministério
47 Público para tentar estabelecer uma estratégia conjunta para a realização dos necessários testes para
48 a captação da água do Rio Doce assim como demais ações pertinentes ao tema. Passou-se para a
49 parte aberta da reunião, a leitura da pauta foi dispensada e aprovada a Ata da 24ª Reunião Ordinária.
50 O Presidente do CIF fez breves informes gerais e sugeriu a troca de pauta atendendo ao pedido dos
51 representantes de governo e prefeitos dos municípios de Minas Gerais. O representante da CT-EI

52 informou sobre a situação do Questionário sobre impactos municipais e o Modelo Alternativo de
53 Ressarcimento, bem como a NT de Avaliação das Diretrizes Básicas para o Ressarcimento, versão
54 outubro/17. O questionário retratou quais os tipos de ações que cada prefeitura realizou no período
55 emergencial, qual seja o dia do evento até a assinatura do TTAC. O representante da CT-EI tratou
56 sobre o ressarcimento dos municípios, apresentando o relatório com os detalhes fazendo perguntas.
57 Até o presente momento 26 prefeituras responderam o questionário e só depois irá compilar todas
58 as informações para fazer uma análise. Mostrou o resultado dos questionários sobre impactos
59 municipais e o modelo alternativo de ressarcimento, e que verificou que até o presente momento a
60 maioria dos gastos com o impacto foram oriundas de realocação de despesas no município.
61 Pretende mostrar o resultado dos questionários na próxima reunião do CIF e na reunião de junho ter
62 um modelo alternativo e um modelo proposto pela Renova para apresentar aos municípios os dois
63 modelos, com possível implementação em julho. O prefeito de São José do Goiabal sugeriu que
64 sejam apresentados os modelos no Fórum de Prefeitos de junho. O representante CT-EI acatou a
65 sugestão e diz que pretende encerrar os resultados até junho, e ressaltou que falta atualizar a lista de
66 aproximadamente 13 prefeituras. O documento da deliberação será apresentado nas próximas
67 reuniões. O representante falou que falta Colatina e Aracruz apresentarem a avaliação dos novos
68 pedidos. O prefeito de São José do Goiabal questionou quanto ao recebimento do valor que cada
69 município tem direito no projeto executivo de saneamento básico, pois essa forma de ressarcimento
70 seria pago pela Renova e em reunião com a Renova a mesmo alegou que deveria ser deliberado
71 pelo CIF. Ampla discussão. A representante da Renova sugeriu para que este tema seja discutido na
72 CT-SHOA. **Encaminhamento E25-2: O CIF solicitará que a CT-SHOA se manifeste acerca dos**
73 **projetos executivos de saneamento básico e que a Renova faça uma reunião com a CT-SHOA para**
74 **estabelecer critérios acerca dos pagamentos dos valores para cada município.** O secretário de
75 desenvolvimento de Anchieta fez a apresentação sobre a inclusão do município na área de
76 abrangência socioeconômica do TTAC. Relata a dificuldade do município devido à falta de
77 finanças, a enorme afetação da parte socioeconômica dos municípios e requer que sejam dados
78 esclarecimentos quanto à morosidade na inclusão e atendimento pela Renova dentro dos programas
79 pelo TTAC. Solicitou ajuda ao CIF para que delibere sobre o assunto e pede uma atenção ao
80 Município de Anchieta. O Presidente do CIF esclareceu as diretrizes de governança do CIF dentro
81 do âmbito do TTAC, e sugeriu a delimitação do escopo dos programas que sejam próprios para
82 serem implementados no município e depois que verifique junto a Renova. O secretário sugeriu que
83 o CIF atue juntamente ao juízo da 12ª Vara e provoque as empresas mantenedoras de forma
84 conjunta para que atuem em paralelo. Ampla discussão. O Presidente do CIF sugeriu que o
85 município faça um estudo para analisar quais são os programas aplicáveis à incorporação em
86 Anchieta. O representante do Conselho Consultivo solicitou que o Conselho Curador também seja
87 convocado para a discussão. **Encaminhamento E25-3: A SECEX oficialará a todos os signatários do**
88 **TTAC, as empresas BHP, Vale e Samarco, juízo da 12ª Vara Federal de Minas Gerais, e ao MPF**
89 **reiterando a questão específica sobre os municípios que estão excluídos da área ambiental**
90 **socioeconômica em até 10 dias com cópia ao Município.** Paralelamente, os representantes dos
91 municípios e estados deveriam se alinhar para dar enfoque aos municípios afetados na questão
92 socioeconômica. Seguindo a pauta, o Presidente do CIF fez os informes da Secretaria-Executiva
93 relatando o encaminhamento da Reunião Intercâmaras, no qual foi solicitado que as CT's enviem a
94 consolidação dos custos das atividades de cada CT para cumprir a decisão da Deliberação 157. O
95 Presidente do CIF solicitou que a Renova faça um planejamento de estrutura das reuniões do
96 sistema CIF com equipamentos para videoconferência nos locais que serão implementadas esse
97 sistema de videoconferência. **Encaminhamento E25-4: A SECEX oficialará a Fundação Renova**
98 **demandando planejamento e implantação de infraestrutura de videoconferências nas capitais**
99 **(Brasília, Belo Horizonte e Vitória) e cidades Polo da bacia do Rio Doce.** O último informe, o
100 Presidente do CIF comunicou que foi entregue pela Fundação Renova equipamentos de TI como
101 ressarcimento ao Ibama e será distribuído para a Sede e todas as Superintendências do país. Foi
102 assinado o Termo de Ressarcimento pela Presidente do Ibama e a Diretora representante da Renova.
103 O próximo item de pauta, a representante da Renova apresentou os andamentos dos

104 reassentamentos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e de Gesteira, em Barra
105 Longa (MG). Relatou o objetivo do reassentamento e expôs os andamentos das ações em curso,
106 ações para licenciamentos e início das construções e ações concluídas. Apresentou o cenário dos
107 reassentamentos familiares que foi concluído com as comunidades das modalidades de atendimento
108 (reconstrução ou compra assistida); está em andamento 85% da Fase I do Cadastro (aplicação da
109 entrevista com as famílias) e discussão dos critérios e processo para compra assistida; e como
110 pontos de atenção a conclusão do cadastro (fases 1 e 2), aumento da demanda por compra assistida
111 das famílias dos reassentamentos coletivos. A Presidente do Ibama questionou quanto ao prazo final
112 da implementação dos reassentamentos e a demora na conclusão dos cadastros. A representante da
113 CT-Infra solicitou que seja reavaliado o prazo da implementação dos reassentamentos e das obras e
114 que se faça um cronograma definitivo. Ampla debate. **Encaminhamento E25-5: A CT-Infra fará**
115 **um planejamento técnico verificando se há necessidade da contratação de mais arquitetos para a**
116 **elaboração dos projetos das casas a serem reconstruídas nos reassentamentos e, em seguida,**
117 **realizar-se-á reunião em Mariana com a CT-Infra, Fundação Renova e a participação dos atingidos,**
118 **convocando o Ministério Público Estadual de Minas Gerais, para preparar a metodologia dos**
119 **reassentamentos e alinhar o planejamento do cronograma estabelecendo prazos para implementação**
120 **do reassentamento. A CT-Infra fará uma minuta de convite e encaminhará ao CIF para convocação**
121 **da reunião.** O representante do Conselho Consultivo solicitou que o Conselho seja convocado para
122 essa reunião. O próximo item de pauta, o coordenador da CT-OS expôs o descumprimento de
123 Prazos do Programa de Indenização Mediada – PIM pela Fundação Renova, a proposta de sanção e
124 encaminhamentos. O coordenador da CT-OS apresentou a NT nº 19/2018 que comunica ao CIF o
125 descumprimento dos prazos constantes nas Deliberações 111 e 119, recomendando a aplicação de
126 penalidades e indica a necessidade de definição de novos prazos para negociação e pagamento de
127 indenizações, a partir de Plano de Trabalho a ser apresentado pela Fundação Renova. Apresentou os
128 pontos estabelecidos dos parâmetros para a execução do Programa de Indenização Mediada. Em
129 resumo, estabeleceram que: O Programa de Ressarcimento e de Indenização dos Impactados (PIM)
130 é dividido em danos morais, materiais e lucro cessante; as indenizações deverão ser pagas mediante
131 quitação parcial; os valores pagos aos impactados pelo Programa de Auxílio Financeiro
132 Emergencial (AFE) não podem ser descontados, deduzidos, abatidos ou compensados do valor
133 indenizatório a ser pago pelo PIM; a Fundação deverá ressarcir, àqueles que já foram indenizados,
134 os valores eventualmente descontados do lucro cessante a título de AFE; a única forma de
135 interromper o AFE é por meio do restabelecimento das condições para o exercício das atividades
136 econômicas ou produtivas; o Lucro Cessante passado deverá ser negociado e pago junto com os
137 demais componentes do PIM e mostrou o cronograma do fim dos prazos das negociações e
138 pagamentos das Campanhas 1 e 2. Para aqueles cadastrados na Campanha 1, os prazos eram:
139 finalização das negociações até 28 de dezembro de 2017 e pagamento até 31 de março de 2018;
140 para a Campanha 2, finalização das negociações até 31 de março de 2018 e pagamento até 29 de
141 junho de 2018. Portanto, já foram descumpridos os prazos da Campanha 1 e o prazo de negociação
142 das indenizações da Campanha 2. O representante da Renova fez uma apresentação dos desafios do
143 Programa de Indenização Mediata (PIM), demonstrando a linha do tempo das Campanhas 1 e 2 e
144 como se encontram o andamento do programa. Ampla discussão. **Encaminhamento E25-6: 6.1 - O**
145 **CIF notificará as empresas mantenedoras e a Fundação Renova para que se manifestem, no prazo de**
146 **30 dias, acerca do descumprimento do prazo para indenização dos impactados da Campanha 1**
147 **estabelecido nas Deliberações CIF nº 111 e 119. 6.2- Na reunião da CT-OS será pautado o**
148 **esclarecimento de todos os pontos rebatidos pela Fundação Renova. Será lavrada memória de**
149 **reunião em que se tentará, nas próprias reuniões, dar encaminhamento com o Plano de Trabalho a**
150 **ser apresentado pela Fundação Renova para dar celeridade às indenizações, inclusive com a Renova**
151 **indicando quais são as situações que carecem de discussão, aprofundamento e consenso na CT-OS,**
152 **e posteriormente será apresentado ao CIF.** O último item de pauta do dia, o representante da CT-
153 Saúde solicitou que seja adiantado um item da pauta da CT para que a representante do Ministério
154 da Saúde apresentasse avaliação da Proposta de contratação técnica das Empresas Planitox,
155 Multigeo e Ambios, para execução do estudo de avaliação de risco à saúde humana, e avaliação

156 apresentada pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade. Após discussão das dificuldades identificadas
157 durante o processo de chamamento e recebimento de propostas executadas pela Fundação Renova, a
158 CT-Saúde apresentou proposta de encaminhamento ao CIF em que para o desenvolvimento dos
159 estudos relacionados aos programas de saúde, o recebimento das propostas dos estudos das
160 instituições seja feito diretamente pela CT-Saúde, através de chamamento público / edital elaborado
161 pela CT-Saúde e publicado no site do CIF, Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde de
162 Minas Gerais e Espírito Santo, e Fundação RENOVA. Houve aprovação dessa proposta e a CT-
163 Saúde apresentará na próxima reunião ordinária do CIF o modelo proposto para a contratação dos
164 estudos, para avaliação e aprovação. A reunião se encerrou às vinte horas do dia vinte e seis de abril
165 de dois mil e dezoito. Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, às nove horas e
166 trinta minutos, no Auditório 2 do Ibama Sede, em Brasília/DF, foi retomada a segunda parte da 25ª
167 Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, instituído no âmbito do TTAC, firmado após o
168 Desastre de Mariana/MG. O Presidente do CIF cumprimentou todos os presentes e reiniciou os
169 trabalhos, tecendo informes gerais. Com relação a gastos extraordinários dos Municípios, o
170 representante da Fundação Renova relatou que encontra-se no fluxo de pagamento para o município
171 de Rio Doce. O representante da EY informou que foi iniciado, junto à CT-OS, os procedimentos de
172 construção de base dos indicadores relativos ao auxílio do Programa de Indenização Mediada –
173 PIM, porém o relatório não ficará pronto a tempo de ser apresentado na próxima reunião do CIF.
174 Informou que participou da reunião do Conselho da Fundação Renova e foi solicitado, independente
175 dos trabalhos das câmaras técnicas, o escopo dos trabalhos entregues pela Renova. Finalizou
176 informando que dentro do programa de diversificação da economia, a EY vai iniciar a construção
177 dos escopos de avaliação do Fundo Equalizador, explicou que as liberações que o fundo realizou
178 serão avaliados e entregues à CT-EI e ressaltou que já têm um número significativo de liberações
179 que serão analisadas respeitando as diretrizes do *compliance* da Fundação Renova pelo BANDES e
180 FAPEMIG. O presidente do CIF questionou sobre o encaminhamento E24-08 e o representante da
181 EY respondeu que os Municípios de Governador Valadares, Sem Peixe e São José do Goiabal
182 apresentaram os documentos do modelo alternativo de ressarcimento, porém a EY solicitou
183 documentação adicional e que a ação deve ser executada antes da assinatura do novo TTAC. O
184 representante da EY, ainda, esclareceu que houve um mal entendimento em relação ao Município de
185 Barra Longa que apresentou documentação muito genérica e que em reunião foi explicado à
186 prefeitura o procedimento e a documentação foi recolhida junto à EY. Relatou que a Fundação
187 Renova disponibilizará assessoria junto ao município para evoluir no trabalho. Os representantes da
188 EY e da Fundação Renova esclareceram que os documentos enviados pelos municípios que optaram
189 pelo modelo alternativo de ressarcimento estão em processo de reanálise de dispêndios nos moldes
190 do projeto piloto e que em alguns casos foi necessária a solicitação de documentação adicional. Por
191 essa razão apenas o município de Rio Doce que participou do projeto piloto e optou pelo primeiro
192 modelo concluiu o ressarcimento. Na sequência, o representante da CT-Saúde informou que na
193 reunião intercâmaras de Vitória foi apresentado um comunicado a respeito do estudo realizado em
194 Barra Longa pelo Instituto Saúde e Sustentabilidade que identificou a contaminação de onze
195 moradores e que a realização, os resultados e a divulgação do estudo é de responsabilidade de quem
196 o realizou; o Instituto Saúde e Sustentabilidade. Porém, é responsabilidade da Secretaria de Saúde
197 de Minas Gerais apoiar o Município de Barra Longa na construção de um fluxo de atividades para
198 melhor atender aos pacientes contaminados por metais pesados. Ressaltou que a rede estadual da
199 Secretaria de Saúde – MG dará todo o apoio à Prefeitura de Barra Longa e que várias áreas técnicas
200 estão se articulando para traçar uma estratégia de combate ao problema de saúde pública. Relatou
201 que foram realizadas diversas reuniões da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde com a
202 Comissão de Atingidos, CT-CPDCS, e que foram pactuados os seguintes pontos: a) realização de
203 uma busca ativa desses moradores contaminados e identificados pelo estudo; b) realizar novos
204 exames nesses pacientes e familiares; c) realizar capacitação para os profissionais da rede local de
205 saúde; d) Hospital Eduardo de Menezes realizará um acompanhamento ambulatorial dos pacientes;
206 e) Centro de Informações e Assistência Toxicológica – CIAT do Hospital João XXIII fará a análise e
207 discussão dos casos; f) a equipe do Ministério da Saúde retornará à Barra Longa e realizará novo

208 estudo comparativo com o realizado em 2016; g) será construído um Bio Banco em parceria com a
209 UFOP e apoio da Fundação Ezequiel Dias – FUNED; h) a Diretoria de Vigilância Ambiental da
210 Secretaria de Saúde – MG realizará um Plano Específico de Análise da Água para Barra Longa que
211 auxiliará na investigação causal dos casos de contaminação com o rompimento da barragem. O
212 segundo representante da Secretaria de Saúde de Minas Gerais esclareceu que de acordo com
213 programa previsto em cláusula do TTAC, e seguindo o plano de ação, a Fundação Renova ofertou
214 estrutura de saúde, principalmente profissionais, porém, há uma desconfiança (recusa) da população
215 em relação à inserção dos agentes contratados pela Renova no sistema público municipal de saúde
216 em grande medida devido à heterogeneidade trabalhista. Por essa razão e por dever a Secretaria de
217 Estado de Saúde de MG está executando ações integracionistas entre os setores para atender aos
218 protocolos internacionais para casos de contaminação humana por metais pesados. A representante
219 da SEMAD-MG explicou que o estudo foi questionado em relação à amostra abranger apenas 11
220 pessoas e perguntou aos representantes da Secretaria de Saúde se a amostra seria ampliada. O
221 representante respondeu que a princípio apenas os 11 pacientes e seus familiares serão examinados,
222 mas que já existe um debate local para que toda a população de Barra Longa seja examinada. Em
223 seguida teceu comentários sobre o funcionamento de um Estudo de Avaliação de Risco à Saúde
224 Humana, os protocolos e o método científico. A representante da SEMAD informou que a
225 FEAM/MG está à disposição para integrar as equipes do futuro estudo e pode contribuir com
226 conhecimento sobre a qualidade dos solos da região e suas interfaces com os estudos de análise de
227 risco à saúde humana. A representante da Fundação Renova destacou a importância da atuação da
228 Secretaria de Estado de Saúde e que apesar de ser dever da fundação agir na reparação o Evento
229 ocasionou danos ainda não conhecidos e no caso da saúde pública é necessário a união de todos
230 para seguir as regras e protocolos, tanto em relação à gestão administrativa quanto à realização dos
231 estudos e pesquisas. Seguindo a pauta, o representante da CT-EI expôs a Nota Técnica nº 52
232 referente ao Programa de Adequação Ambiental de Estradas Vicinais, proposta encaminhada pela
233 Secretaria de Estado e Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais – SEAPA durante a
234 reunião do Fórum de Prefeitos do Rio Doce de abril. Ressaltou a grande relevância econômica,
235 social e ambiental das estradas vicinais como agentes de integração regional e bem-estar da
236 população e no desenvolvimento rural sustentável. O projeto está alinhado diretamente ao Eixo II –
237 Reparação e Adequação de Infraestrutura Rural do Programa de Retomada das Atividades
238 Agropecuárias e transversalmente aos Eixos I – Recuperação e Fomento à Produção Sustentável; III
239 – Adequação Ambiental e IV – Agregação de Valor e Comercialização. A CT-EI avalia a proposta
240 adequada do ponto de vista econômico. Sugere que se encaminhe à Câmara Técnica pertinente para
241 avaliação ambiental e sugere à Renova que promova estudos no sentido de utilizar os rejeitos
242 provenientes da mineração para a adequação e melhoramento destas estradas vicinais. O
243 representante do Instituto ambiental do ES solicitou para que se analise essa questão na
244 integralidade da Bacia do Rio Doce não somente englobando a área ambiental 1. Amplo debate
245 acerca do recorte geográfico de aplicação do programa e sobre a necessidade de definir a aplicação
246 dos recursos de compensação de ações estruturantes na bacia para que se possa deixar um legado,
247 lembrado que em reunião anterior foi proposto o uso de recursos para solucionar a questão de
248 destinação de resíduos sólidos e formação de consórcios. **Encaminhamento E25-7: A CT-EI**
249 **enviará o Programa de Adequação Ambiental de Estradas Vicinais para avaliação da Fundação**
250 **Renova que deverá realizar análises em relação à abrangência geográfica considerando toda a bacia**
251 **e procedimento administrativo para implementação do programa na Reunião Ordinária da CT-EI de**
252 **13 de junho e na Reunião Ordinária do CIF de 28 e 29 de junho em Vitória/ES.** Em seguida a CT-EI
253 apresentou o informe referente ao acordo relativo à Política de Compras Locais em Mariana-MG.
254 Ressaltou que ocorreram reuniões da Fundação Renova junto ao Ministério Público de Minas
255 Gerais e que a CT-EI está avaliando novos aspectos para a política, principalmente em relação a
256 extensão da política, por simetria, para o restante da Bacia do Rio Doce. Na sequência, apresentou o
257 informe sobre o Fundo de Diversificação da Economia Regional que será lançado no dia 02 de maio
258 em Mariana. A iniciativa é uma parceria entre o BDMG (gestor), INDI (captação e formatação de
259 projetos), Fundação Renova no âmbito de comitê como integrante da análise de tomada de decisão.

260 O fundo está amparado na Cláusula nº 129 do TTAC que versa sobre a diversificação da economia
261 de municípios considerados dependentes da atividade minerária. Informou que em breve o edital
262 será publicado nos principais meios especializados em negócios. Em seguida o Presidente do CIF
263 informou sobre o Ofício nº 38/2018/AA-CD-ANA que trata sobre a indicação da coordenação da
264 Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água – CT-SHQA. No referido documento a
265 ANA expõe que cumpriu sua missão quanto à coordenação da câmara técnica e que a partir desse
266 momento, sua participação, se dará de modo mais efetivo se concentrada em questões técnicas.
267 Considera que as bases para o desenvolvimento dos programas acompanhados pela CT-SHQA estão
268 postas e que os arquivos serão disponibilizados assim que se determinar a nova coordenação. Na
269 sequência o Presidente do CIF informou que após tratativas entre os governos dos estados de Minas
270 Gerais e Espírito Santo ficou acordado que o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM-MG
271 assumiria de maneira provisória a coordenação, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos
272 Hídricos do Espírito Santo – IEMA e o Comitê de Bacia Hidrográfica do Doce – CBH-Doce
273 assumiriam a primeira e segunda suplências da CT-SHQA. Votação. **Aprovada a Deliberação CIF**
274 **nº 158**, que altera a coordenação, primeira e segunda suplência CT-SHQA, estabelecida pela
275 Deliberação do CIF nº 07/2016. Registra-se em ata que a servidora do IGAM, Regina Márcia
276 Pimenta de Mello será a nova coordenadora da câmara técnica. Na sequência o Presidente do CIF
277 informou sobre o andamento das tratativas com a Renova acerca do Projeto Piloto de Secretariado
278 de Câmara Técnica. O representante da Fundação Renova informou que o processo se encontra em
279 fase de contratação da empresa que participará do projeto piloto. **Encaminhamento E25-8: A**
280 **Fundação Renova enviará documento ao CIF informando sobre o andamento do Programa Piloto de**
281 **Apoio e Secretariado de Câmaras Técnicas.** Em seguida, o representante do CBH-Doce informou
282 que o comitê enviará ofício à Fundação Renova solicitando informações acerca dos problemas de
283 alagamento da região da Lagoa de Juparanã. Amplo debate acerca dos problemas ambientais,
284 sociais, jurídicos e técnicos em relação ao desequilíbrio hídrico e ambiental provocado pelas
285 intervenções executadas pela Renova no complexo de Lagoa na região de Linhares e Sooretama
286 sendo solicitado pela representante da SEAMA que as áreas das lagoas sejam contempladas no
287 TTAC, pois o que está ocorrendo hoje é um impacto derivado do desastre, informando sobre a ação
288 judicial e a necessidade de acompanhamento e orientação técnica por parte do CIF.
289 **Encaminhamento E25-9: A Secretaria Executiva oficialará a Fundação Renova para fazer uma**
290 **avaliação de quais são os impactos, considerando os aspectos ambientais, sociais, jurídicos e de**
291 **soluções de engenharia, por área de abrangência que as estruturas de bloqueios de rejeitos, diques,**
292 **provocaram no balanço hídrico do complexo de lagoas na região de Linhares e Sooretama.** Na
293 sequência o Prefeito de Mariana pediu esclarecimentos acerca dos programas estruturantes para a
294 utilização dos recursos previstos para medidas compensatórias. O Presidente do CIF informou que
295 foi enviado o Ofício nº 5/2018/CIF/GABIN-IBAMA, de 18 de abril, solicitando à Fundação Renova
296 que: a) realize o Planejamento estratégico acerca da utilização dos recursos compensatórios nos
297 termos e objetivos já expostos pelas partes, prazo de até 180 dias; e b) inicialmente demanda-se
298 diagnóstico da bacia hidrográfica, observando os relatórios já elaborados pelos Consórcios, visando
299 implementação de uma política resolutiva das medidas compensatórias e, para o caso específico, em
300 atenção aos encaminhamentos E24-2, E24-14, realização e apresentação de estudo contemplando o
301 planejamento de ações estruturantes relacionadas ao saneamento e destinação de resíduos sólidos,
302 alinhados às diretrizes das Políticas Nacional e Estaduais de Resíduos Sólidos. Prazo de até 90 dias.
303 Em seguida, o coordenador da CT-BIO informou que não houve evolução na formalização do
304 convênio entre Fundação Renova e FAPEMIG para viabilizar a publicação do edital para seleção de
305 pesquisadores para executar o monitoramento da biodiversidade no território de Minas Gerais,
306 estando vencido o prazo de 15/04/2018 anteriormente definido no CIF para publicação do mesmo.
307 Amplo debate acerca da política de *compliance* da Fundação Renova e a estrutura de funcionamento
308 da FAPEMIG. Consenso da necessidade de notificar a Fundação Renova pelo descumprimento do
309 prazo. Ajustes na redação. Votação. **Aprovada a Deliberação CIF nº 159** que notifica a Fundação
310 Renova do descumprimento de prazo estabelecido para a execução do Programa previsto na
311 Cláusula 165 do TTAC, especificamente no estado de Minas Gerais e dá outras providências.

312 Considerando a Deliberação CIF nº 113, Nota Técnica DFAU/IEF nº 007/2017 e ata da 23ª Reunião
313 Ordinária do CIF. Na sequência, a representante da CT-CPDCS informou que estão fazendo
314 avaliação dos indicadores do Programa nº 06 referente à comunicação, participação e controle
315 social. Destacou que estão confeccionando uma nota técnica de avaliação da Ouvidoria da
316 Fundação Renova com previsão de término ainda essa semana. Comunicou que estão trabalhando
317 junto à Renova na reestruturação desse importante canal de comunicação entre o sistema CIF e a
318 sociedade. Em seguida, informou que a CT-CPDCS está trabalhando em parceria com a
319 Universidade de São Paulo, por intermédio da pesquisadora Martha Zorzal da Universidade Federal
320 do Espírito Santo para a realização de um seminário sobre a construção de indicadores de
321 comunicação, participação e controle social em todos os programas do TTAC. Ressaltou que por se
322 tratar de assunto transversal é de suma importância a participação dos coordenadores de CT's para
323 acolhimento de demandas em seus respectivos programas de atuação. Amplo debate acerca da
324 importância da realização do seminário. **Encaminhamento E25-10: A Renova fará uma**
325 **apresentação sobre o Programa de Participação e seus resultados e uma segunda apresentação sobre**
326 **a construção dos indicadores do Programa de Participação e Controle Social na Reunião**
327 **Intercâmaras do CIF de 11 de junho em Belo Horizonte/MG.** O Conselho Consultivo da Fundação
328 Renova afirmou a independência em relação à Renova e solicitou a participação no seminário por se
329 tratar de tema relacionado ao seu âmbito de atuação. Na sequência, o representante da CT-FLOR
330 apresentou a NT nº 04/2018/CTFLOR/GABIN que trata sobre o descumprimento da Deliberação nº
331 144 e recomenda ao CIF a notificação da Fundação Renova, juntamente com a SAMARCO, Vale
332 S.A e a BHP Billiton Brasil LTDA, sobre o descumprimento da referida deliberação referente ao
333 estudo de mapeamento de áreas prioritárias para a recuperação das áreas de preservação permanente
334 (APP) e áreas de recarga da bacia do rio Doce com controle de processos erosivos e acatar o
335 requerimento da Fundação Renova para que apresente à CT-FLOR até o dia 17 de maio o estudo
336 definitivo de mapeamento de áreas prioritárias, sob pena de multa prevista no art. 247 do TTAC.
337 Amplo debate entre os membros da CT-FLOR e da Fundação acerca do andamento dos trabalhos
338 relativos à execução das Deliberações 11, 27 e 144. Ajustes na redação. Votação. **Aprovada a**
339 **Deliberação nº 160.** Às treze horas a reunião foi suspensa para o almoço, sendo retomada às
340 quatorze horas e dez minutos. Em seguida, o representante da CT-FLOR informou que ocorreu a
341 Reunião Extraordinária em 17 de abril para tratar sobre a recuperação de nascentes e preparativos
342 para ir a campo no âmbito da Operação Aúguas II. Informou que foi realizada reunião com a CT-
343 BIO para promover uma força-tarefa para analisar a área de abrangência da Área Ambiental I.
344 Informou que foi enviado consulta à Procuradoria Federal Especializada do IBAMA sobre o
345 conflito existente entre o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Apresentou uma minuta de
346 decisão referente à proposta de criação do Grupo de Trabalho de Indicadores para os programas da
347 CT-FLOR. Registra-se em ata: a proposta minutada foi aprovada pelos membros do CIF.
348 **Encaminhamento E25-11: A Fundação Renova deverá confeccionar um Quadro de Programas de**
349 **atualização dos andamentos das atividades referentes à análise escopo e à construção dos**
350 **indicadores para acompanhamento das partes.** Na sequência o Presidente do CIF informou sobre
351 processo de formalização da participação dos técnicos das consultorias contratadas pelo Ministério
352 Público nas reuniões do CIF e das Câmaras Técnicas. **Encaminhamento E25-12: o coordenador da**
353 **CT-ECLT enviará e-mail à Secretaria Executiva descrevendo quais relatórios produzidos pelas**
354 **consultorias necessita de cópia e a SECEX oficialará o Ministério Público para ter acesso aos**
355 **relatórios.** Em seguida, a representante da CT-INFRA informou que foi homologado judicialmente
356 no âmbito da Ação Civil Pública nº 0400.15.004335, ressalvada pelo TTAC, o Grupo de Trabalho
357 Local Interdisciplinar de Reparação do Direito à Moradia, em 11 de abril, com a finalidade de
358 concentrar discussões e encaminhamentos acerca dos reassentamentos em Mariana. Destacou que o
359 GT-Moradia debaterá e aprofundará as diretrizes de reparação do direito à moradia, estabelecerá
360 prazos para cumprimento das ações e monitorará as etapas do processo de reassentamento.
361 Esclareceu a Interface do GT-Moradia com a CT-Infra destacando que as questões técnicas
362 continuarão sendo debatidas na CT e que os informes das reuniões do GT-Moradia serão repassados
363 a todos os membros da CT-Infra para conhecimento. Na sequência informou que a CT-Infra

364 participará da reunião da CT-Rejeitos para nivelar ações sobre o andamento dos trabalhos do
365 acompanhamento da UHE Risoleta Neves. Em seguida, informou que em relação ao
366 acompanhamento das demais infraestruturas impactadas, a Fundação Renova solicitou prorrogação
367 de prazo para a conclusão de 43 obras e que a CT-Infra se organizará em força-tarefa para analisar
368 caso a caso e produzir parecer. Na sequência o coordenador da CT-ECLT apresentou a Nota Técnica
369 10 que trata sobre o cumprimento de prazos relacionados aos programas monitorados pela CT-
370 ECLT e recomenda que a notificação da Fundação Renova pelo descumprimento dos prazos
371 pactuados e do não atendimento às solicitações constantes nas Notas Técnicas nºs 5, 7, 8 e 9 da CT-
372 ECLT, e estabelecimento de prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação do escopo final dos
373 programas monitorados e das informações solicitadas nas referidas notas técnicas. Ampla debate
374 acerca dos prazos dos programas da CT-ECLT. Registra-se. **Encaminhamento E25-13: O CIF**
375 **notificará via ofício a Renova para que apresente as versões finais dos programas monitoradas pela**
376 **CT-ECLT, pelo não cumprimento dos prazos pactuados e pelo não atendimento às solicitações**
377 **constantes nas Notas Técnicas de nºs 5, 7, 8 e 9, no prazo de 15 dias.** Em seguida, o coordenador da
378 CT-BIO informou sobre a Nota Técnica nº 09/2018/CT-BIO/DIBIO/ICMBio referente à análise do
379 documento intitulado “Propósito do Plano de Ação Nacional para Conservação da Fauna e Flora
380 Terrestres afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão em Mariana/MG” e conclui que diante
381 das considerações elencadas na referida nota técnica e na NT nº 05/2018 CT-BIO/DIBIO/ICMBio,
382 fica aprovado o propósito do PAN para atendimento à parte da Cláusula nº 168 do TTAC.
383 Complementa que a CT-BIO entendeu que as ressalvas elencadas nesta Nota Técnica poderão ser
384 atendidas no decorrer das atividades sem prejuízos para execução das mesmas. Na sequência,
385 apresentou a Nota Técnica nº 11/2018/CT-BIO/DIBIO/ICMBio referente à análise do Plano de
386 Trabalho para consolidação do RVS Santa Cruz, apresentado pelo ICMBio visando o atendimento
387 da Cláusula 182 do TTAC, sob a luz dos atuais entendimentos do conceito de consolidação, das
388 ações acordadas entre o ICMBio e Renova e da minuta de Termo de Cooperação entre os entes
389 citados visando a execução do mesmo Plano de Trabalho. Ampla debate acerca de pontos do Plano
390 de Trabalho. **Encaminhamento: Fica aprovado o Plano de Trabalho para consolidação do RVS**
391 **Santa Cruz na presente reunião, bem como as recomendações da Nota Técnica nº 11/2018/CT-**
392 **Bio/DIBIO/ICMBio e a Fundação RENOVA e o ICMBio deverão dar seguimento ao**
393 **andamento dos trabalhos.** Na sequência apresentou a Nota Técnica nº 10/2018/CT-
394 BIO/DIBIO/ICMBio referente ao Plano de Ação Emergencial para o Período Chuvoso 2017/2018
395 que conclui que o PAE carece de complementação de informações conforme o item nº 05 da
396 referida nota técnica. Ainda, considera que o período chuvoso 2017/2018 está chegando ao fim e
397 sugere que as complementações sejam atendidas no plano de ações para o período de 2018/2019 e
398 encaminhadas com antecedência para manifestação e análise da CT-BIO. Por fim, o coordenador
399 CT-BIO apresentou os andamentos dos trabalhos do 1º Seminário Técnico Intercâmaras sobre a
400 Pesca e Uso da Água Bruta no rio Doce e Zona Costeira. Em seguida, os representantes da FUNAI
401 na CT-IPCT apresentou a NT nº 5 referente ao atendimento emergencial ao Povo Krenak em relação
402 às exigências mínimas para fornecimento de água por meio de veículo transportador, implantação
403 do Sistema de Abastecimento de Água e Gerenciamento de Resíduos Sólidos e recomenda que seja
404 avaliado deferimento pelo CIF os itens da nota técnica em deliberação com prazo de vinte dias para
405 que as empresas responsáveis apresentem à CT-IPCT o cronograma de agenda para execução dos
406 pontos apresentados. Ampla debate acerca das exigências da referida Nota Técnica. Registra-se.
407 **Encaminhamento E25-14: A Renova deverá em até 20 dias apresentar à CT-IPCT o cronograma**
408 **de agenda para execução dos pontos apresentados na NT nº 5/2018.** Por fim, o Presidente do CIF
409 anunciou que foi publicada a portaria que cria a Instância de Assessoramento Jurídico dos órgãos e
410 entidades representadas pela Advocacia Geral União no CIF – IAJ e que a próxima fase é
411 formalização dos componentes. A 25ª Reunião Ordinária do CIF se encerrou às dezesseis horas e
412 quarenta e cinco minutos do dia vinte e sete de abril de 2018.

